



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 023/2019

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa, que **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 23h do dia 11 de outubro de 2019.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 15 de outubro e termina no dia 17 de outubro de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 21 de outubro de 2019.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 28 de outubro até 30 de outubro de 2019, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 11 de outubro de 2019.

**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III****Edital 023 /2019****Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa****LÍNGUA PORTUGUESA**

1. De acordo com a hifenização da nova ortografia da língua portuguesa, marque a única frase CORRETA:

- a) Supracitado.
- b) Extra-judicialmente.
- c) Supra-transcrito.
- d) Retra-mencionado.

2. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta ERRO no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Coobrigação, Co-autor.
- b) Contra-arrazoar, Infraestrutura.
- c) Coocupante, Super-homem.
- d) Corréu, Anti-higiênico.

3. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. Estudo _____ desejo revisar o material de constitucional.
 - II. _____ existe a necessidade de eu saber todo o conteúdo?
 - III. Eu não sei o _____ de não conseguir estudar direito processual civil.
- a) porquê - Por que – porquê.
 - b) por que - Porquê - por quê.
 - c) porquê - Porque - por que.
 - d) porque – Por que – porquê.

4. Assinale a alternativa em que a acentuação gráfica está CORRETA:

- a) Ele têm estudado muito para o processo seletivo.
- b) Eles retém os conhecimentos facilmente.
- c) Eles têm observado cada detalhe da matéria de ensino.
- d) Eles vêem possibilidades de reprovações no semestre.

5. De acordo com o acento diferencial na nova ortografia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Extinto o uso do acento diferencial em pode (do verbo poder, terceira pessoa do presente do indicativo e de pôde (do verbo poder, terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo), ficando simplesmente “pode”, sem acento, para os dois casos.
- b) Utiliza-se o acento das palavras terminadas em “ôo(s)” e “êem”. Ex.: vôos e vêem.
- c) Não se usa mais o acento diferencial em “pára” (verbo) e “para” (preposição), ficando simplesmente o uso do “para”, sem acento, para os dois casos.
- d) Eliminado o acento que diferencia o por (preposição) de pôr (verbo), ficando simplesmente “por”, sem acento, para os dois casos.

6. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Essas são as reivindicações porquê estamos lutando.
- b) Desejo saber porquê não compareceu à assembleia.



TIPO 2

- c) A situação agravou-se porquê muitos omitiram a opinião.
- d) Recusou-se a esclarecer o porquê de sua decisão.

7. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva INCORRETA:

- a) Não perturbe-me.
- b) Jamais o condene.
- c) Isso o deixa chateado.
- d) Sempre os vejo juntos.

8. Assinale o período CORRETO quanto ao uso da crase:

- a) Foi um ótimo baile a fantasia.
- b) Ficamos mais maduros a medida que envelhecemos.
- c) Eles vivem viajando à noite.
- d) Ele seguiu a risca o problema.

9. Marque a alternativa em que a colocação pronominal está empregada de modo CORRETO:

- a) Se verifica na doutrina grande número de autores que defendem outra posição.
- b) Ninguém me perguntará nada?
- c) Faria-se o trabalho em grupo.
- d) Anjos acolherão-nos no céu.

10. Sobre o uso da crase, assinale a única assertiva com ERRO:

- a) O evento foi realizado das 9h às 13h.
- b) A viagem é da França à Alemanha.
- c) Eles estudavam todos os dias de 9h a 11h.
- d) Ele estuda de segunda-feira à sexta-feira.

DIREITO CIVIL

11. Os bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são os bens:

- a) Consumíveis.
- b) Divisíveis.
- c) Fungíveis.
- d) Singulares.

12. Assinale a alternativa que apresenta pessoas jurídicas de direito privado:

- a) Associações e sociedades simples.
- b) Autarquias e fundações públicas.
- c) Organizações religiosas e Santa Sé.
- d) Partidos Políticos e Municípios.

13. O casamento realizado por mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges é:

- a) Nulo.
- b) Irregular.
- c) Inexistente.
- d) Anulável.



TIPO 2

14. Quais, dentre os documentos abaixo, NÃO é necessário para o processo de habilitação do casamento:

- a) Declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou não, que atestem conhecer os contraentes e afirmem não existir impedimento que os iniba de casar.
- b) Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos.
- c) Comprovante de rendimentos dos contraentes.
- d) Certidão de nascimento ou documento equivalente dos contraentes.

15. O regime de casamento no qual se comunicam todos os bens, atuais e futuros, dos cônjuges, ainda que adquiridos em nome de um só deles, bem como as dívidas posteriores ao casamento, salvo os expressamente excluídos pela lei ou pela vontade dos nubentes, expressa em convenção antenupcial se chama:

- a) Regime da comunhão parcial.
- b) Regime da comunhão universal.
- c) Regime da participação final dos aquestos.
- d) Regime da separação convencional.

16. É modo originário de aquisição da propriedade, criado por lei, em virtude do qual tudo o que se incorpora a um bem fica pertencendo ao seu proprietário:

- a) Acessão.
- b) Usucapião.
- c) Achado do Tesouro.
- d) Comistão.

17. Trata-se de direito real que autoriza uma pessoa a retirar, temporariamente, de coisa alheia, todas as utilidades para atender às suas próprias necessidades e às de sua família:

- a) Anticrese.
- b) Uso.
- c) Habitação.
- d) Hipoteca.

18. Em relação ao Direito Sucessório, a forma de sucessão, decorrente de lei, pela qual, morrendo a pessoa sem deixar testamento, ou se este caducar ou for julgado nulo, transmite-se a herança a seus herdeiros legítimos, indicados na lei, de acordo com uma ordem preferencial, é a sucessão:

- a) Testamentária.
- b) Legítima.
- c) Contratual.
- d) Por estirpe.

19. A coisa certa e determinada, deixada a alguém, em testamento ou codicilo é chamada de:

- a) Legado.
- b) Herança.
- c) Doação.
- d) Usucapião.



TIPO 2

20. Quantia ou coisa entregue por um dos contraentes ao outro, como confirmação do acordo de vontades e princípio do pagamento quando de um negócio jurídico é chamado, dentro da legislação vigente, de:

- a) Arras ou sinal.
- b) Contrato de compra e venda.
- c) Instrumento de Mandato.
- d) Entrada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre o processo civil brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- c) É vedada a arbitragem.
- d) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

22. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.
- d) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

23. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O interesse do autor da ação pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica ou da autenticidade ou da falsidade de documento.
- b) Para postular em juízo é necessário que se tenha interesse ou legitimidade.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, mesmo que autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) Em caso de violação de direito, não se admite ação meramente declaratória.

24. Sobre a competência para julgamento de ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis, é CORRETO afirmar:

- a) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no exterior.
- b) A ação será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- c) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele deverá ser demandado onde for encontrado.
- d) Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

25. Para a propositura de um inventário, o foro competente é o:

- a) Do inventariante.

**TIPO 2**

- b) Do testamentário.
- c) Do foro da situação dos bens imóveis, mesmo que o autor da herança possua domicílio certo.
- d) Do domicílio do autor da herança.

26. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- b) Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título.
- c) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
- d) Os honorários não serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.

27. A forma de intervenção de terceiro cabível àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo se chama:

- a) Embargos de Terceiro.
- b) Chamamento do processo.
- c) Denúnciação de lide.
- d) Litisconsórcio passivo.

28. O juiz que é amigo íntimo de alguma das partes de um processo pode ser considerado:

- a) Prevento.
- b) Suspeito.
- c) Impedido.
- d) Legítimo.

29. Ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual é chamado de:

- a) Citação.
- b) Intimação.
- c) Interpelação.
- d) Notificação.

30. Quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir o processo será:

- a) Anulável.
- b) Irregular.
- c) Regular.
- d) Nulo.

DIREITO PENAL

31. O erro de tipo que o agente poderia ter evitado se tivesse agido com o cuidado necessário no caso concreto é o erro:

- a) Vencível.
- b) Escusável.
- c) Acidental.



TIPO 2

d) Putativo.

32. O trabalho do preso será:

- a) Sempre remunerado.
- b) Gratuito
- c) Forçado.
- d) Remunerado, mas sem as garantias da previdência social.

33. Aquele que pratica o fato criminoso para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia por outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, atua sob a excludente de ilicitude chamada:

- a) Exercício regular de um direito.
- b) Estado de necessidade.
- c) Legítima defesa.
- d) Estrito cumprimento do dever legal.

34. Quando o agente, com uma única ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, ele pratica os crimes em:

- a) Concurso material.
- b) Continuidade delitiva.
- c) Concurso formal.
- d) Trata-se de hipótese de crime único.

35. Assinale a alternativa que representar pena restritiva de direitos:

- a) Multa.
- b) Limitação de fim de semana.
- c) Cumprimento de pena privativa de liberdade em regime de prisão domiciliar.
- d) Livramento Condicional.

36. Com relação ao crime de omissão de socorro, é CORRETO afirmar:

- a) Trata-se de crime comissivo por omissão.
- b) Processa-se por ação penal privada.
- c) É crime que não aceita a tentativa.
- d) Classifica-se como crime de dano e não de perigo.

37. Sobre o crime de homicídio, pode-se afirmar que se trata de crime:

- a) Permanente.
- b) Instantâneo de efeitos permanentes.
- c) Próprio, em relação ao sujeito ativo.
- d) De perigo.

38. Sobre o crime de furto, é correto afirmar:

- a) Não é possível sua tentativa.
- b) Não admite a forma de privilégio, tampouco a de bagatela.
- c) Caracteriza o crime de furto noturno aquele que ocorre entre 22h e 6h.
- d) Trata-se de crime que se consuma quando o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que por pouco tempo, por ter ele conseguido inverter a posse do bem.



TIPO 2

39. A ação penal para o crime de estupro sempre será:

- a) Pública incondicionada tão somente para estupro de vulnerável e menores.
- b) Sempre pública condicionada à representação.
- c) Sempre privada.
- d) Sempre pública incondicionada.

40. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) É necessário o recebimento da propina para a consumação do crime de corrupção passiva.
- b) O crime de concussão consuma-se no momento em que a exigência chega ao conhecimento da vítima independentemente da efetiva obtenção da vantagem visada.
- c) O sujeito ativo do crime de corrupção ativa é o funcionário público.
- d) O crime de desacato não exige a presença física do funcionário público na hora da realização da ofensa, podendo ocorrer, inclusive, por carta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**41. No processo penal, o ato pelo qual o ofendido abre mão do direito de oferecer a queixa se chama:**

- a) Decadência.
- b) Renúncia.
- c) Perempção.
- d) Perdão.

42. Assinale a alternativa CORRETA sobre a denúncia e a interrupção do prazo prescricional:

- a) O oferecimento da denúncia interrompe o prazo prescricional.
- b) O aditamento à denúncia interrompe o prazo prescricional.
- c) O recebimento da denúncia interrompe o prazo prescricional.
- d) A cientificação do réu sobre a denúncia interrompe o prazo prescricional.

43. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em caso de conexão ou continência, é obrigatória a separação de processos quando ocorrer concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
- b) Em caso de conexão ou continência, é facultativa a separação de processos quando ocorrer concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- c) Nos casos de conexão entre crimes que tenham ritos processuais diversos, deverá ser seguido o rito previsto pela Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais).
- d) A conexão entre os processos criminais determina a reunião desses processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.

44. “As partes devem ser ouvidas e ter oportunidade de se manifestar em igualdade de condições, tendo ciência dos atos processuais, bem como oportunidade para produzir provas em sentido contrário”. A frase anterior se refere ao princípio:

- a) Da ampla defesa.
- b) Da presunção de inocência.
- c) Da verdade real.
- d) Do contraditório.



TIPO 2

45. A modalidade de prisão decretada por tempo determinado e que se destina a possibilitar as investigações de crimes graves, durante o inquérito policial é a prisão:

- a) Preventiva.
- b) Temporária.
- c) Em flagrante.
- d) Decorrente de sentença condenatória recorrível.

46. Assinale a alternativa que apresenta requisitos da prisão preventiva:

- a) Garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.
- b) Garantia da ordem econômica e antecipação do cumprimento da pena.
- c) Necessidade de garantir a futura aplicação da lei penal e clamor popular.
- d) Descumprimento justificado de medida cautelar anteriormente imposta e garantia da ordem pública.

47. O procedimento adotado para apuração de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a 4 anos de privação de liberdade é chamado de rito:

- a) Sumário.
- b) Sumaríssimo.
- c) Ordinário.
- d) Especial.

48. Sobre o inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- a) O inquérito é peça processual prévia e obrigatória para propositura da ação penal, que não poderá ser iniciada sem a finalização do primeiro.
- b) Nos crimes de ação pública condicionada à representação, o inquérito não poderá ser iniciado sem que o ofendido tenha feito referida representação.
- c) O prazo para conclusão do inquérito policial, em se tratando de réu solto, é de 10 (dez) dias.
- d) O inquérito policial pode ser escrito ou oral.

49. Assinale a alternativa CORRETA sobre recursos:

- a) Da decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa caberá apelação.
- b) A legislação pátria veda a possibilidade de “*reformatio in pejus*”, de forma que, havendo recurso apenas da defesa, o tribunal não poderá proferir decisão que torne mais gravosa e situação do réu.
- c) O recurso em sentido estrito é um instrumento residual, pois cabível apenas nos casos em que não houver previsão expressa de cabimento de apelação.
- d) A apelação apresenta sempre os efeitos devolutivo, suspensivo e regressivo.

50. Sobre nulidades, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É relativa a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- b) No processo penal, a falta ou deficiência de defesa constituem nulidade absoluta.
- c) Apresenta nulidade relativa a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.
- d) É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

51. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

- a) Às leis complementares.
- b) Às emendas constitucionais.
- c) Às leis ordinárias.
- d) Às medidas provisórias.

52. Assinale a alternativa INCORRETA sobre os direitos e garantias individuais:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) É livre a manifestação do pensamento, inclusive de forma anônima.
- c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- d) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

53. Dentre os direitos abaixo, assinale a alternativa que não se refira a direitos sociais:

- a) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) Direito à educação, à saúde e à alimentação.
- c) Direito ao trabalho, à moradia e ao transporte.
- d) Direito ao lazer, à segurança e à previdência social.

54. É cargo privativo de brasileiro nato:

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Governador de Estado.
- c) Prefeito Municipal.
- d) Juiz de Direito.

55. Assinale a alternativa CORRETA, sobre a organização político-administrativa brasileira:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

56. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Apenas os maiores de 30 (trinta) anos podem se candidatar para Presidente e Vice-Presidente da República.

**TIPO 2**

- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
- c) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

57. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência se trata de:

- a) Competência Exclusiva da União.
- b) Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Competência Exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
- d) Competência comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

58. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não se encontra na esfera de competência dos municípios:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) Declarar a guerra e celebrar a paz.
- d) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

59. Assinale aquele que pode propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Prefeito Municipal.
- b) Governador de Estado.
- c) Deputado Federal.
- d) Juiz de Direito.

60. Sobre o Poder Judiciário e a carreira da magistratura, é INCORRETO afirmar:

- a) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- c) Os juízes gozam das garantias da inamovibilidade, da vitaliciedade e da irredutibilidade de vencimentos.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 023/2019
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Faça a correção dos **pronomes demonstrativos** nas frases, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Ao verificar a necessidade de correção, reescreva a frase completa de cada uma das alternativas abaixo:

a) **Isto** que eu estou comendo é meu lanche preferido.

b) **Isto** que você está levando no seu carro é seu?

c) Espero de fato **isso**: que você passe no concurso da magistratura.

d) **Este** livro que você está lendo é interessante?

e) Você conhece **aquele** professor que está lá na outra sala de aula?

f) **Estas** apostilas aqui são minhas.



TIPO 2

DIREITO

2. A usucapião é uma das formas de aquisição originária de propriedade, desde que se encontrem preenchidos alguns requisitos básicos: posse ininterrupta por prazo definido em lei com ânimo de dono e sem oposição. Pode ser feita de forma judicial ou diretamente em um cartório extrajudicial. Contudo, existem diversas modalidades desse instituto, cada uma com requisitos diferentes. Pergunta-se: quais as modalidades de usucapião de bens imóveis previstos na legislação brasileira e quais os requisitos de cada modalidade? Responda de forma objetiva, sucinta e fundamentada, em não mais de 12 (doze) linhas.

DIREITO

3. Quais as modalidades de ação penal previstas no ordenamento jurídico legal brasileiro? Explique-as, apresentando suas principais características, de forma clara, sucinta e fundamentada, em até 12 (doze) linhas.
